ATA N.º 2/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FLOR E NABO

Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, realizou-se, na sala de reuniões da sede da Junta de Freguesia de Vila Flor e Nabo, a reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Patrícia Félix, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Estive presente o Executivo da Junta de Freguesia e os membros da Assembleia de Freguesia, em particular, Patrícia Félix, Carla Seixas, Fátima Mesquita, Francisco Fernandes, Estela Trindade, Conceição Lopes, Victor Moutinho, Susana Fernandes e Isabel Roios. Foi ainda informado que a ausência de José Magalhães foi substituída por Fátima Mesquita, e consequentemente a mesma por Estela Trindade.

A Senhora Presidente da Mesa dirigiu cumprimentos institucionais aos membros da Mesa, ao Presidente da Junta e restante executivo, aos membros da Assembleia e ao público presente.

Ponto nº 1 – Período Antes da Ordem do Dia

Foi aberta a possibilidade de inscrições para intervenções.

A Senhora Presidente da Mesa informou que o Regimento da Assembleia de Freguesia havia sido enviado previamente aos membros, com vista à sua análise e eventual apresentação de propostas de alteração, nomeadamente quanto à possibilidade de envio das convocatórias por via eletrónica, sem prejuízo do cumprimento dos prazos legais.

Tomou a palavra a deputada Conceição Lopes que, após cumprimentar os presentes, referiu que o documento apresentado carece de algumas correções, designadamente ao nível de datas e conteúdos, sugerindo ainda a publicação das deliberações no site institucional, a inclusão de um endereço de correio eletrónico para envio de comunicações formais e a revisão da norma relativa à realização de sessões descentralizadas. Referiu igualmente que o documento aparenta corresponder a uma versão anterior do regimento, não refletindo alterações que julgava já introduzidas.

A Senhora Presidente da Mesa informou que as sugestões seriam analisadas e integradas numa versão revista do regimento a apresentar em reunião futura.

No mesmo período, Conceição Lopes referiu ter verificado que a página institucional da Junta de Freguesia não se encontrava devidamente atualizada, nomeadamente no que respeita à publicação de atas e disponibilização de contactos, questionando o ponto de situação.

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que se encontra em curso a atualização da página institucional, tendo sido já disponibilizados conteúdos e contactos, podendo ainda verificar-se algum desfasamento decorrente do processo de atualização.

A Senhora Presidente da Mesa referiu que a situação seria novamente verificada nos dias seguintes.

Ainda neste período, foram colocadas questões pela deputada Susana Fernandes relativas à atividade da Junta, nomeadamente sobre as obras que tenciona fazer na aldeia de Nabo, tendo o Senhor Presidente referido que têm sido desenvolvidas intervenções na aldeia e que se encontram previstos novos projetos, nomeadamente ao nível da requalificação de equipamentos, tais como o parque infantil e a reabilitação da escola primária.

Não havendo mais intervenções, foi dado por encerrado o período antes da ordem do dia.

Ponto nº 2 – Aprovação da Ata nº 1/2025

Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Ponto nº 3 – Período da Ordem do Dia

Ponto nº 3.1 – Apreciação e escolha de contributos com vista à eventual revisão do regimento

A Senhora Presidente da Mesa referiu que, tendo já sido apresentadas sugestões, as mesmas serão consideradas na elaboração de uma versão final do regimento a apresentar em próxima reunião.

Ponto nº 3.2 – Apreciação da atividade da Junta de Freguesia

No âmbito deste ponto, Conceição Lopes colocou diversas questões relativas à atividade da Junta, nomeadamente quanto à cedência de instalações à Comissão de Festas, à contratação de serviços externos e aos custos associados à gestão da página institucional, referindo a importância de maior detalhe na informação disponibilizada.

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que a cedência de espaço foi efetuada a título de empréstimo para apoio às atividades da Comissão de Festas, que existe um

contrato de prestação de serviços para a gestão da página institucional com um custo mensal e que alguns dos serviços referidos correspondem a despesas pontuais.

Ponto nº 3.3 – Apreciação das contas de gerência do ano 2025

No âmbito da apreciação das contas, Conceição Lopes colocou questões relativas à existência de discrepâncias entre o saldo contabilístico e o saldo bancário, bem como à forma de apresentação dos mapas financeiros.

Foi esclarecido pelo Executivo, através da contabilista Sandra, que as diferenças identificadas resultam de valores em litígio e que os registos contabilísticos seguem as orientações do Tribunal de Contas, sendo devidamente justificados.

Foram ainda prestados esclarecimentos relativamente a compromissos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro, tendo sido explicado que os mesmos transitam para o exercício seguinte, de acordo com as regras contabilísticas aplicáveis.

Ponto nº 3.4 – Discussão e votação da primeira alteração modificativa ao orçamento e plano orçamental plurianual para 2026

No âmbito da discussão, Conceição Lopes solicitou esclarecimentos relativamente a alterações introduzidas em rubricas orçamentais e ao estado de execução de projetos previstos.

O Senhor Presidente da Junta informou que os projetos se encontram em fase de licenciamento, prevendo-se o seu desenvolvimento após conclusão dos respetivos procedimentos administrativos.

Procedeu-se à votação, tendo-se registado votos contra por parte da bancada do Partido Socialista e votos a favor dos restantes membros, pelo que a proposta foi aprovada por maioria.

Foi apresentada declaração de voto pela bancada do Partido Socialista, na qual foi referido que os documentos apresentados não evidenciam o rigor exigido, apresentando discrepâncias entre mapas, comprometendo a sua clareza e consistência, e refletindo, no seu entendimento, uma gestão sem ambição e com reduzido aproveitamento de oportunidades de financiamento "Os deputados eleitos pelo Partido Socialista votam contra os documentos de prestação de contas apresentados. Fazemo-lo, por considerarmos que os documentos não evidenciam o rigor exigível, apresentando discrepâncias entre os vários mapas, o que compromete a sua clareza e consistência. Por outro lado, estas contas confirmam as preocupações que já tínhamos anteriormente assinalado na discussão do orçamento: estamos perante uma gestão sem ambição, sem proatividade e limitada à mera administração corrente. A isto soma-se a ausência e a inaceitável incapacidade de aproveitamento de fundos comunitários, bem como a resignação á dependência quase exclusiva das transferências correntes do Estado, o que revela falta de visão política para

desenvolver a freguesia e falta de vontade de fazer mais e melhor. Estas contas são, o reflexo de um executivo acomodado, sem visão e sem iniciativa. Por todas estas razões, votamos contra".

Ponto nº 3.5 – Outros assuntos de interesse para a freguesia

Não se registaram intervenções.

Ponto nº 4 – Período de intervenção do público

Não se registaram intervenções.

Encerramento

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e nove minutos, agradecendo a presença de todos.

Para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia

O Primeiro Secretário

A Segunda Secretária